Reunião do Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional  
 - Reunião Ordinária –

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| Data: 17/11/2022 | Horário: 9h às 12h | Local: Av. São João, 473, 5º andar – Auditório |

**Titulares e Suplentes da Sociedade Civil presentes na reunião:**

1. Vera Helena Lessa Villela - Titular - Sindicato dos Nutricionistas do Estado de São Paulo
2. André Luzzi de Campos – Titular - Fórum Paulista de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional
3. Leonardo A Guerra Ramos – Titular - Associação Brasileira de Bares e Restaurantes – ABRASELSP.
4. Solange Cavalcante da Silva Redolfi – Titular - Fórum de Sustentabilidade do Butantã
5. Maria Angélica Correia de Oliveira – Titular – Rede Butantã de Entidades e Forças Sociais – Rede Butantã.
6. Regiane Câmara Nigro – Titular – Instituto Kairós
7. Givanildo de Jesus Santos (Gil Santos) – Titular - Associação Moradia do Arco Iris LGBT Brasil
8. Denise Meira Gonçalves Vilas Boas – Titular – SESC/São Paulo
9. Max Jaques – Titular – Instituto Brasil a Gosto
10. Dalva Maria de Oliveira – Suplente – Movimento Pelo Direito a Moradia – MDM
11. Beatriz Sinelli Laham – Titular - Associação Paulista dos Gestores Ambientais - APGAM
12. Gilson Pereira Mendes – Titular – Ação da Cidadania São Paulo

**Titulares e Suplentes do Poder Público presentes na reunião:**

1. Mônica Cordeiro Nogueira da Cruz – Titular – Secretaria Municipal de Educação
2. Brigitte Baum – Suplente – Secretaria Municipal Verde e Meio Ambiente
3. Sueli Aparecida Manesco – Titular – Secretaria Municipal da Saúde
4. Renata dos Santos Brada – Suplente – Secretaria Municipal Governo
5. Jordana da Silva – Suplente – Secretaria Municipal das Subprefeituras
6. Amanda Biachi Leonardo Rodrigues – Suplente – Secretaria Municipal Educação
7. Mirian Furtado Quero – Suplente – Secretaria Municipal de Gestão
8. Célia Alas Rossi – Titular – Secretaria Municipal Desenvolvimento Econômico e Trabalho
9. Lia Palm – Titular – Secretaria Municipal Desenvolvimento Econômico e Trabalho

**Justificaram Ausência:**

Sociedade Civil

Rita Helena Bueno Pinheiro - Titular - Conselho Regional de Nutricionistas CRN3

Sheila Araújo Costa – Suplente – Sindsep

Fabiana Sanches Urbal – titular - Banquetaço

**Secretário Executivo do Conselho**:

1. Aloísio Areias

**PAUTA REUNIÃO ORDINÁRIA COMUSAN-SP 17/11/2022**

**Presencial: SMDET – Av. São João, 473 – 5º Andar sala 09 – Centro.**

**LINK DA REUNIÃO ONLINE Microsoft TEAMS –**

<https://teams.microsoft.com/l/meetup-join/19%3ameeting_NTIxM2JkNDEtYmE5OC00YjlmLWJmYmUtYTMwY2FlNjMxMzYz%40thread.v2/0?context=%7b%22Tid%22%3a%22f398df9c-fd0c-4829-a003-c770a1c4a063%22%2c%22Oid%22%3a%2286af4aff-116d-464b-83f0-2cd90ced15fa%22%7d>

**Horário: 9:00 – 12:00 h**

**9:00** – Abertura da reunião: acolhimento e apresentação dos participantes (favor colocar dados de identificação no chat também: nome e entidade que representa, se é conselheiro titular ou suplente) e preencher o link da lista de presença, disponibilizado no chat da reunião.

**9:30** – Início da reunião com qualquer número de participantes

**09h30 - 09h35:**Aprovação de atas das reuniões ordinárias de 05/05/22 e 19/05/22.

A conselheira Angélica dá início à reunião solicitando que conselheiras/os atentem para as mensagens no grupo de whatzapp do COMUSAN-SP e também consultar periodicamente o email.

A presidente Vera explica que algumas e alguns conselheiras/os estão com dificuldade de entrar na reunião e sugere que usem o link da convocação por email.

Passa para a etapa de aprovação das atas do dia 05/05/2022, de reunião extraordinária, cuja pauta principal foi fechar a discussão do regimento interno do COMUSAN-SP e a ata da reunião ordinária de 19/05/22. As duas atas foram encaminhadas como anexo da convocação da reunião, de forma a permitir que pudessem ser acrescentadas sugestões ou correções. Como não houve propostas, as atas serão colocadas em votação Em primeiro lugar a da reunião extraordinária do dia 05/05/22. Aquelas/es que aprovarem fiquem em silêncio e quem não aprova ou se abstém pode se manifestar pelo chat ou abrindo o microfone. Como não houve manifestações, a ata está aprovada. Na sequência, passamos para aprovação da ata da reunião ordinária de 19/05/2022, seguindo a mesma dinâmica. Não havendo manifestações em contrário, a ata está aprovada.

**9:30 – 10:00 – INFORMES DA EXECUTIVA, das COMISSÕES PERMANENTES e representantes do COMUSAN-SP na Comissão Gestora de Orgânicos**

Da Executiva:

1 - A presidente Vera solicita inserção de informe relativo à participação do COMUSAN nas audiências públicas do Orçamento. Explica que tentou inserir a nossa participação na semana passada, na audiência da Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Trabalho, mas não foi possível. Na audiência de hoje a conselheira Angélica conseguiu fazer inscrição, tendo em vista que são temas bastante importantes para SAN: Direitos Humanos e Cidadania e Assistência e Desenvolvimento Social. Pontua que há pautas importantes para o COMUSAN-SP no orçamento dessas duas secretarias como o Fundo de Combate à Fome, que foi regulamentado está incluído no orçamento, com uma dotação orçamentária simbólica, de forma que permita sua manutenção. Outro Fundo, criado em 2022, e vinculado à Lei de Segurança Alimentar é o de Abastecimento Alimentar, criado para dar suporte às ações e programas previstos na Política criada no decreto. Elenca algumas questões que limitam a inserção de comentários/propostas, entre elas a necessidade de indicar uma subprefeitura, que não se aplica ao COMUSAN-SP. Segundo a presidente Vera está previsto que Angélica abordará a importância da definição mais clara das dotações orçamentárias desses 2 fundos, pois não dá para a gente trabalhar com política pública estruturante a partir de doações da iniciativa privada, que é uma das formas previstas para implementar o Fundo de Abastecimento Alimentar.

Vera comenta que tem compartilhado informações sobre as audiências do orçamento no grupo, mas tem tido pouco retorno, o que tem dificultado organizar nossa participação nessa fase do processo, provavelmente porque tivemos uma série de eventos que exigiram muito de todos, de todas nós. Mas, acredita que é possível nos organizarmos para as próximas etapas. Temos uma audiência temática no dia 23/11/11 pela manhã, que é das Subprefeituras, que dá conta das políticas de abastecimento e que são em grande parte daquelas que estão na Lei de Segurança Alimentar, criada este ano em cima de uma lei orgânica que já existe. Por fim há uma última audiência pública geral, onde podemos conseguir colocar também algumas questões mais amplas.

Como último informe desse tema a presidente Vera informa que houve 13 propostas priorizadas pelos conselheiros participativos na área de SAN. Reforça que é interessante acompanhar a devolutiva que as secretarias vão dar quanto à viabilidade de implementá-las e compartilhar com todas e todos. Nesse sentido, pede apoio aos conselheiros do poder público no que diz respeito acompanhamento dessas propostas.

2 - Informes da reunião com secretária Aline e encaminhamentos: Reunião com Caisan no final de novembro para retomar elaboração do II PLAMSAN, pactuação entre Comusan e Caisan para realização da 8a Conferência de SAN; lançamento e consulta pública do Plano Rural

Entrega oficial das recomendações do COMUSAN-SP para retomar a elaboração do II Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional, no nosso Festival de Cultura Alimentar e Direito à Alimentação, no dia 16 de outubro, no CRESAN da Vila Maria. As primeiras recomendações emanadas da relatoria da (7ª) Sétima Conferência Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional, de 2019, foram entregues em 2020, constituindo-se num conjunto de sugestões para a contextualização da elaboração do Plano, e iniciamos um processo de construção conjunta COMUSAN e CAISAN, que se estendeu de outubro de 2020 a julho de 2022.

Com o avanço na elaboração do segundo plano, a Secretária Aline se comprometeu a agendar uma reunião com a CAISAN para fazermos a entrega oficial no final deste mês de novembro. Estamos no aguardo desse encontro para que o COMUSAN possa fazer essa entrega oficial e pactuações.

A entrega final do II Plano está prevista para abril de 2023, devendo acontecer consulta pública dessa minuta. Então, nosso tempo está bem curto e a gente vai ter que correr um pouco com isso.

Também conversamos com a secretária sobre alguns aspectos administrativos como as articulações com a coordenadora da Coordenação de Segurança Alimentar e Nutricional, Lia Palm para a confecção de crachás e coletes, de forma que conselheiras/os possam se identificar nas ações que envolvam as visitas técnicas de monitoramento e fiscalização. Voltamos a solicitar um espaço para o COMUSAN-SP. Abordamos ainda a realização da 8ª oitava Conferência Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional. A nossa sugestão é que a conferência fosse em agosto, setembro, como aconteceu em 2019. Vai depender um pouco da agenda da conferência Estadual.

Conversamos sobre o lançamento do plano rural, da importância, lembrando que o plano está em consulta pública até dia 25/11/22.

3 - Realização de uma atividade no sábado, dia 19/11 - O convite foi direcionado para o André Luzzi, que não poderá estar e a presidente Vera também não. É uma discussão sobre a cidade que queremos, na verdade, a proposta era para discutir a questão do ciclo do alimento e da sua importância para a garantia do direito humano, a alimentação e nutrição adequadas para o desenvolvimento econômico e o enfrentamento da fome. Consulto vocês sobre a possibilidade de alguém da nossa área, do nosso pleno participar dessa atividade. A gente se dispõe a conversar e trocar ideias sobre o tema para quem puder nos representar.

4 - Informes sobre 1º encontro Municipal de Alimentação Escolar e Agroecologia

Essa atividade vinha sendo planejada há bastante tempo, praticamente desde que houve a mudança do suprimento dos Centros de Educação Infantil, em julho de 2018. Nessa época, houve uma instrução normativa que repassou para as organizações mantenedoras a responsabilidade de suprir horti fruti, deixando de ser atribuição da Secretaria da Educação. A SME aumentou o valor do repasse “per capita” para atendimento das crianças de 0 a 3 anos, direcionado para a compra desses alimentos.

Tanto o Conselho de Alimentação Escolar (CAE) como COMUSAN-SP, como a Comissão de Acompanhamento da Inserção de Alimentos orgânicos ou de base agroecológica na alimentação escolar vem recebendo informações sobre redução de qualidade e quantidade desses alimentos nos Centros de Educação Infantil das pequenas Organizações. Em função disso, essas três instâncias fizeram uma articulação com a Coordenação de Alimentação Escolar e áreas administrativas e financeiras da Secretaria da Educação, com o objetivo de implementar um projeto piloto num Centro de Educação Infantil, na Vila Jacuí, na zona leste, administrado pelo CREN, que é o Centro de Referência em Recuperação e Educação Alimentar e Nutricional.

Algumas características facilitaram a realização do Projeto, entre ela o fato do CREN ficar a 800 metros de um espaço já tradicional de produção na região, que é a horta das mulheres do GAU. Os hortifruti estão sendo fornecidos pela horta das mulheres do GAU e por uma cooperativa de agricultores familiares de Sorocaba. A oferta de frutas por parte dos agricultores familiares ainda é um dos deságios, devido ao tempo necessário para sua produção. A apresentação da experiência foi realizada pelo nutricionista Adolfo, que vem coordenando esse processo dentro CREN. Uma das informações importantes do projeto foi que, desde que passaram a comprar da agricultura familiar tem havido uma redução média de 18% no custo em relação à compra do convencional. Eles mostraram isso através do controle das notas e já chegaram até a quase 25 ou 20% de redução de custo. Considerando todas as exigências da Secretaria Municipal da Educação, com relação a prestação de contas, construiu-se um passo a passo que facilita para outras organizações que quiserem fazer também essa articulação nos seus territórios.

Nesse encontro com as organizações mantenedoras dos Centros de Educação Infantil e com os agricultores familiares que já fazem o suprimento para a Secretaria da Educação foi feito um levantamento entre as entidades mantenedoras: 3% delas já fazem compra com agricultores familiares dos territórios e 20% se mostraram interessadas em realizar o suprimento dessa forma. Houve mais de 400 entidades mantenedoras presentes, que é um número bem significativo. Mas, existem 2700 centros de educação infantil, e mais ou menos 700 organizações mantenedoras, portanto, o desafio é grande. Estiveram presentes algumas cooperativas que tradicionalmente fornecem para o município, como o pessoal do Vale do Ribeira e trouxeram a importância dessa Lei e dessa articulação da compra da agricultura familiar.

São 1500 famílias que produzem e vendem para o município de São Paulo e para vários outros municípios. Houve a participação de alguns programas que se articulam com essa política e das secretarias que compõem a Comissão Gestora de Inserção de Orgânicos, como Saúde, Educação, Meio Ambiente e Desenvolvimento Econômico e Trabalho. A SMDET teve uma participação bastante significativa, em função mesmo de toda a construção que vem acontecendo dentro do programa Ligue os Pontos, e com a construção da plataforma Sampa+ rural, que vai ser muito importante nessa ponte entre as entidades mantenedoras dos Centros de Educação Infantil e os produtores daqui da nossa zona urbana e rural.

Já existem alguns encaminhamentos para fazer reuniões por regiões em 2023, para estreitar e fortalecer essa articulação e também voltada para as organizações. Não há compra da agricultura familiar por boa parte das entidades terceirizadas - 51% da nossa alimentação escolar já é terceirizada - então não há compra de agricultura familiar para grande parte de escolares.. Ela não é só para rede direta, também está previsto que é para toda a rede escolar. Segundo a lei a alimentação escolar deveria ser 100% à base de orgânicos ou de base agroecológica até 2026.

5 – Informes sobre Prêmio Josué de Castro – É um prêmio que o Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional Estadual – Consea SP, realiza já há muitos anos e que busca identificar e dar visibilidade para pesquisas feitas no sentido da garantia do direito humano à alimentação e nutrição adequadas e também políticas públicas e ações de garantia do direito humano à Alimentação e Nutrição adequadas desenvolvidas pelos municípios.

E são três premiados de cada categoria. O primeiro prêmio de pesquisa foi ganho por uma equipe da Unifesp, da Baixada Santista, que está fazendo um processo de pesquisa participante na área da alimentação escolar. Entre as políticas públicas foram premiados os municípios de Diadema e Peruíbe.

**6 - Resumo e avaliação das atividades Semana Municipal de Alimentação** –

- Dia 22/10/22 - CEU Heliópolis - Participação do grupo de pesquisa da própria região, que vem desenvolvendo um projeto de observatório da garantia do direito à alimentação e nutrição adequadas na região de Heliópolis, com apoio da Universidade Federal do ABC, por um grupo de pesquisa de alunos. O projeto encontra-se no segundo momento de desenvolvimento que compreende o compartilhamento de dados. É um projeto que está sendo construído em conjunto com a própria comunidade, levantando questões relacionadas ao acesso, a possibilidades e potências do território na questão da garantia da alimentação e do acesso a alimentação adequada nas várias comunidades.

Houve também apresentação dos dados do Observatório da Fome, da Câmara Municipal. Foi construído um dossiê, a partir de um levantamento que foi feito a pedido do próprio Observatório, pela Secretaria da Saúde, em relação às pessoas que desmaiavam ou apresentavam sinais de fome nas filas das unidades básicas durante o processo de atendimento. Esses dados já foram

compartilhados em reunião do COMUSAN e revelam grande de vulnerabilidade, principalmente na Zona Sul e na Zona Norte. Essa questão foi discutida pudéssemos construir com a própria Secretaria da Saúde um protocolo e um material de cidade de acompanhamento desses processos. Mas, isso ainda não avançou. É também discussão do nosso Observatório de Segurança Alimentar e Nutricional do Comusan-SP, de que forma o conselho pode se articular com essas iniciativas e com esses outros grupos que já vêm buscando essas informações e mapeá-las.

Citamos ainda duas emendas parlamentares que havíamos conseguido para fazer a pesquisa de Segurança de Segurança Alimentar no município, nas mesmas bases da pesquisa da rede de pesquisadores em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional, mas que ainda não conseguimos viabilizar e como que pretendemos retomar essa proposta.

Tivemos uma reunião com a bancada feminista da Câmara e, enquanto isso, estamos discutindo a possibilidade de encaminharmos e retomarmos a solicitação de emenda parlamentar para a realização dessa pesquisa e de que forma poderia se conectar com os dados também do Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional e do Município.

- Dia 25/10/22 – Centro de Referência e Segurança Alimentar - Cresan - Butantã – Foi feita um mapeamento dos serviços da região como escolas, unidades de saúde e outras e seu papel com relação à garantia do direito humano, a alimentação e nutrição adequadas no território. Resgatou-se o histórico do que vem sendo construído naquele espaço desde o início da década de 1990, com toda a movimentação da ação da cidadania contra a fome, a miséria e pela vida e de como toda a mobilização que já existe no território, o Cresan Butanta, é resultado desse processo. É, um espaço articulador para possibilidade de melhoria da condição, de vida e alimentação naquele território.

7 – Informes das Comissões Permanentes:

As comissões terão 05 (cinco) minutos para apresentar trabalhos que estão sendo realizados.

* Políticas e ações de Segurança Alimentar e Nutricional – Visitas a equipamentos de SAN

A conselheira Rita, do CRN3 e que está coordenando a Comissão, informa que foram realizadas visitas nos Cresan Vila Maria e Cresan Butantã. A conselheira Denise, do SESC, comenta que componentes da Comissão presentes conheceram os espaços educativos do Cresan Butantã e identificaram que, além do que o espaço já promove, existem possibilidades de ampliar serviços para as instituições locais. Tem um grande potencial.

A presidente Vera comenta que uns dos temas abordados na reunião com a secretária Aline, em 07/11/22, foi justamente a institucionalização do quadro de pessoal, das atribuições e até do próprio conselho gestor dos dois centros de referência, ´para terem condições de desenvolver ações diversas. É uma política pública, os equipamentos públicos de segurança alimentar e nutricional, conforme previsto na nossa Lei Orgânica federal, sendo necessário ter quadro de pessoal da secretaria e com orçamento previsto para que se possam desenvolver suas atividades. Cada secretaria tem programas, ações que estão previstas e pactuadas no plano municipal e para isso elas têm que ter um orçamento. É necessário que a SMDET, secretaria que coordena as políticas, e os equipamentos de SAN, tenha na sua estrutura orçamento, inclusive para o próprio Conselho, para poder desenvolver atividades, ações educativas, de formação de e inclusive de fiscalização, que é o nosso papel, garantindo transporte para os nossos conselheiros desenvolverem sua atividade.

* Sustentabilidade e Recursos Naturais – A conselheira Beatriz Sinelli, da APGAM pergunta se se tem mais alguém aqui da comissão, mas que tem sido difícil mobilizar para atuação.

A presidente Vera sugere que esse momento da consulta pública do plano rural talvez seja um tema que possa mobilizar. Lembrando que a consulta pública vai até o dia 25/11/2022. A gente entende que todo mundo tem uma série de atividades, mas somos conselheiras/os e compromissos de pelo menos nessa questão, poder contribuir.

* Grupos vulneráveis - Pop Rua, Com Tradicionais – indígenas e com. de matriz africana, Pop negra, g vulneráveis - migrantes, refugiados, lgbtquia+, ciganos – recomendação para secretarias quanto à Lei de Segurança Alimentar e Nutricional e Fundo de Abastecimento Alimentar – aprofundar conhecimento sobre programas que compõem a Lei 17.81929/06/2022, visita à Cozinha Comunitária do Movimento Pop rua

A conselheira Vera explica que a reunião da Comissão ocorre sempre na primeira segunda feira do mês. Na reunião deste mês de novembro, no dia 07/11, no período da tarde a conselheira Lylian Consellos conselheira da Secretaria de Direitos Humanos e Cidadania, sugeriu dar continuidade àquele primeiro documento de recomendações para a regulamentação do Fundo de Abastecimento Alimentar e dos programas previstos na Lei de Segurança Alimentar e Nutricional. A partir dessa provocação conversamos sobre a importância de que esses programas que estão previstos na Lei de Segurança Alimentar e Nutricional eles tenham como prioridade os grupos que compõem a Comissão de Grupos Vulneráveis. Lembramos que há pesquisas que vêm sendo feitas, não aqui no município, mas no país e também dados do Estado de São Paulo, de que esses são os grupos que têm e que estão sofrendo uma situação de insegurança alimentar grave. Consideramos necessário fazer um levantamento de programas que estão previstos, como: Armazém Solidário, que é uma política baseada naquela do armazém social do Paraná, o Banco de Alimentos, o programa Cidade Solidária, o Bom Prato Paulistano, que é o programa que está previsto nessa lei, a Rede Cozinha Cidadã e a Rede Cozinha Escola, bem como o Programa Cozinha Escola, que está vinculado à Secretaria Desenvolvimento Econômico, Enfim, quais programas estão previstos e a qual secretarias estão vinculados. A presidente Vera lembrou que outra questão apresentada para a secretaria Aline foi a importância da construção, com a equipe da Fundação Paulistana, que coordena os editais ligados ao Cozinha Escola, de uma matriz formativa também para esses programas e como pensar na crise alimentar da população brasileira. Trabalhar a questão do empreendedorismo social, solidário e cooperativo.

Conversamos também sobre o fato do Fundo de Combate a Fome não estar sendo discutido, embora ele já tenha sido regulamentado, e a mesma coisa do Fundo de Abastecimento Alimentar, com relação aos contratos. Indicamos a necessidade de priorizar a implantação naquelas subprefeituras em que não tem nenhum Bom Prato do da Secretaria de Desenvolvimento Econômico Social do Estado. Identificamos que temos 22 Bom Prato aqui no município, que são vinculados ao Estado. Como está sendo estruturado o Bom Prato Paulistano?

O conselheiro pai Jair, da região de Cidade Tiradentes, colocou a importância de ter um Bom Prato naquele território, que inclusive está em uma das propostas priorizadas e indicadas como prioritárias no orçamento 2023. O Secretário executivo do COMUSAN-SP colocou que também foi priorizado este equipamento na região da Cachoeirinha.

Reforçamos a necessidade de ter orçamento para estes programas, e estarem previstos no Plano Municipal de SAN, de forma transparente e pactuada com os territórios.

A presidente Vera informa sobre a visita realizada à Cozinha do Movimento Nacional da População em Situação de Rua, na R. José Bonifácio e da constatação de que o projeto vem acontecendo por meio de emenda parlamentar. No momento que cessa a emenda parlamentar, a cozinha para de funcionar, quando retorna a emenda, a cozinha volta funcionar. Então, não dá para fazer o enfrentamento adequado da questão da fome com projetos intermitentes que não tenham um orçamento que permita a manutenção dos programas de forma contínua.

A comissão combinou nova visita, num novo período, tanto lá na José Bonifácio como no Bom Retiro.

A conselheira Lia Palm, da Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Trabalho pede para inverter a pauta de forma que possa compartilhar informes referentes à Coordenação de Segurança Alimentar e Nutricional.

A gente hoje consegue estar com uma equipe já bem fortalecida na área da agricultura, mas a ainda precisa dessa equipe também na área de segurança alimentar e nutricional.

Há previsão de nomeação de três Nutricionistas do concurso que estava em aberto e mais profissionais também contratados de forma comissionada. Infelizmente, por questões que estão dentro da própria estrutura administrativa do município, a gente não tem um quadro de pessoal e nem uma tabela de lotação de pessoal dentro da Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Trabalho para essas atividades. E esse quadro vai sendo composto de acordo com o que se consegue negociar.

Por isso, o que é superimportante a gente pensar. Agora, a secretaria quer. A gente tem dotação orçamentária, tem programas de segurança alimentar e nutricional em todas as secretarias, sim, que essa é a característica da nossa, da nossa atuação. Ela é intersetorial.

* Comissão de Relações Institucionais e Educação Permanente, Comunicação Conversamos na reunião com a Secretária Aline sobre a necessidade de articularmos um Plano de Comunicação com a Equipe responsável em SMDET, bem como sobre a estruturação da página do COMUSAN-SP e a sugestão foi que articulássemos esse processo por meio da Lia, coordenadora da COSAN.

**10:00 – 11:30 h - PONTOS DE PAUTA:**

1. **Participação nas audiências temáticas do orçamento na Câmara:** definir estratégias: presencial ou virtual, encaminhamento de documento escrito. Pontos prioritários - apresentação e justificativa; plenária final**.**

A presidente Vera compartilha as datas e temas das audiências públicas de orçamento com objetivo de definir estratégias de participação e levantar conselheiras/os que possam nos representar, levando as propostas do documento de orçamento construída pelo GT de orçamento em 2021 e atualizadas em 2022.

A sétima audiência pública temática do orçamento será sobre Educação e Esportes, e que acredito que seja importante a gente poder pautar a questão da dar o cumprimento da lei da inserção de orgânicos na alimentação escolar, de orçamento para as hortas escolares de forma a garantir insumos e assistência técnica também na área da Educação.

Na sequência, teremos a audiência temática das Subprefeituras, no dia 23/11. Então aí a gente tem alguns equipamentos de alguns programas de políticas estratégicas. As feiras, os sacolões, os mercados e agora o Armazém Solidário, que é uma das ações também previstas. Então, seria importante que a gente pudesse estar pautando essas questões.

No dia 24/11 será a audiência pública da Cultura. Na revisão do PLAMSAN constatamos a importância de ampliar as ações relacionadas à cultura e Segurança Alimentar e Nutricional. Rita lembra que André havia sugerido propor a realização conjunta do Festival de Cultura Alimentar e Direito Humano à Alimentação com destinação de orçamento.

A segunda audiência pública geral do orçamento ocorrerá no dia 29/11 às 10 h. A conselheira Vera propõe a elaboração de documento a ser entregue nessa audiência e pede apoio para a redação do mesmo. A conselheira Solange se dispõe a contribuir para a construção desse documento.

1. **Elaboração de minuta para audiência pública da Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente sobre construção do II Plano Municipal de SAN** (objetivos da audiência: fazer a entrega pública da recomendação à Câmara; debater com a Comissão metodologias de construção do plano dialogando com outros planos; identificar frente à missão institucional medidas legislativas para confecção e implantação do plano)

O COMUSAN-SP pediu uma audiência pública para levar as recomendações para o II Plano Municipal de SAN e também conversar sobre como construir metodologias para o plano, dialogando com os outros planos, como o Plano Plurianual, o Plano Municipal de Saúde, da Primeira Infância, medidas legislativas para a concepção e implantação do Plano.

1. **organização das comissões regionais e Observatório de SAN**

A presidente Vera informa que realizou levantamento das inscrições para as comissões regionais de Segurança Alimentar e Nutricional e para o Observatório de SAN, captadas por meio do formulário do google. Tivemos 19 registros, sendo que desses, três eram da Angélica e dois da Lylian. Portanto, houve 16 pessoas que responderam ao nosso formulário das comissões regionais e, considerando que somos, na prática, 80 conselheiros, a adesão foi muito baixa. Não houve inscrições para a Comissão Regional Norte, onde temos 7 organizações conselheiras. Na Comissão Regional Centro inscreveram-se: Vera, do Sindinutrisp; Lylian, da Secretaria de Direitos Humanos e Cidadania; Mõnica, da Secretaria da Educação, Tânia, do Jardim Pirani; Isabela Davies, da Missão Paz; Leonardo, da ABRASEL e Maíra Cavalcante, da Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social. Para a Comissão Regional Oeste tivemos adesão da Vera, do Sindinutrisp; a Angélica, da Rede Butantã; e a Brigite, da Secretaria do Verde e Meio Ambiente; Na Comissão Regional Leste inscreveram-se Evilásio, do Instituto Amana; Gil, da Associação Moradia do Arco Iris LGBT Brasil; da Beatriz Sinelli, da APGAM; da Ana Paula Nascimento, da Universidade São Judas. Na Comissão Regional Sul inscreveram-se Rita, do CRN3 e Narcísio, da APAN. Para o Observatório de SAN aderiram a Rita, do CRN3, Narcísio, da APAN, da Tânia, do Evilásio, do Gil, da Isabela, da Maíra, da Beatriz

Conversamos na executiva e optamos por disponibilizar novamente o link, inclusive das Comissões Permanente, considerando que temos novas e novos conselheiras/os, devido a substituições entre os representantes das secretarias e mesmo de algumas organizações da sociedade civil. Além disso, tivemos a saída de alguns componentes da Comissão de Ações e Políticas de SAN. Lembramos que o formulário das Comissões Permanentes traz explicações dos objetivos de cada uma, para facilitar o entendimento e a escolha. Pedimos que todas e todos fiquem atentos às mensagens no grupo.

A conselheira Solange, do Fórum de Sustentabilidade do Butantã, ressalta que é importante a participação dos conselheiros suplentes nas comissões..

**11:40 -11:55 - Informes de conselheiras/os**

* Informes de conselheiras mediante inscrição no chat ao longo da reunião com tempo de no máximo 3 minutos

Chegamos ao momento dos informes de conselheiras/os e pedimos que levantem a mão, abram o microfone ou se inscrevam no chat.

Passando a palavra para o conselheiro Gil, que solicitou e convida a todas, todos e todes a participar da reunião do Conselho Participativo da Subprefeitura da Mooca, no dia 28/11/22, a partir das 19 h, de forma presencial.

A presidente Vera também pede para passar um informe sobre atividade proposta pela Comissão de Inserção de Orgânicos na Alimentação Escolar. Saiu recentemente publicação de uma nota técnica do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) sobre hortas escolares e educação alimentar e nutricional. A presidente da Comissão, Ana Flávia e a presidente do CAE, Márcia Simões, fizeram interlocução com a técnica que elaborou a nota técnica convidando-a para uma conversa virtual. A proposta é discutir o papel das hortas pedagógicas e qual o seu papel na garantia do direito a uma alimentação e nutrição adequadas. E trazer também sua inserção no projeto político pedagógico das escolas. A converso a acontecerá no dia 23/11, a partir das 14 hs e o COMUSAN-SP está convidado. Importante destacar que não é uma conversa aberta, mas direcionada para conselheiros e conselheiras que tenham interface com o tema e que possam contribuir. Acredito que componentes das Comissões de Ações e Políticas de SAN e também de Sustentabilidade e Recursos Naturais possa se interessar. Além dos componentes da Comissão de Inserção de orgânicos na Alimentação Escolar, do CAE, e do COMUSAN devem participar também representantes da Secretaria da Educação, do Verde e Meio Ambiente, da SMIT, além do Guilherme Ranieri, que coordena o projeto da horta comunitária de Jundiaí, que abastece as escolas com hortaliças orgânicas. Assim que recebermos o link, compartilhamos no grupo e pedimos que não compartilhem em outros grupos.

Aloisio, secretário executivo do COMUSAN-SP pede a palavra e convida a todos as entidades sociais, líderes comunitários, movimentos de moradia para reunião junto à Secretaria Municipal da Habitação para orientação referente ao programa municipal de moradia. O encontro acontecerá no dia 25/11/2022 às 19h00, no auditório da Subprefeitura da Freguesia do Ó.

Informa também que recebeu hoje questionamento da Secretaria Municipal de Gestão co relação ao site do COMUSAN, que está desatualizado, no que diz respeito à composição do Conselho. Explica que temos tentado atualizar as informações tanto do poder público, como da sociedade civil, e lembra que demos um prazo até dia 11/11/22 para que fossem encaminhados oficialmente as solicitações de substituição. Retomamos aqui o aviso para relembrar da importância de termos as informações adequadas para atualizar o site e de que isso não pode acontecer a todo momento, pois necessita de publicação oficial.

O conselheiro Leo, da Abrasel informa que a entidade continua com a parceria com o Instittuto DIAGEO, que oferece cursos gratuitos de garçom e bar. Informa que vai colocar um vídeo e o link para inscrição no grupo do COMUSAN e pede que Aloísio encaminhe para o mailing do Conselho também.

Aloisio também gostaria de lembrar que os agentes de governo aberto estão fazendo um mapeamento das necessidades de formação de conselheiras/os de maneira geral - Dos conselhos e colegiados de políticas públicas na cidade de São Paulo, que visa identificar as principais áreas e assuntos relacionados à participação e controle social que os conselheiros considerem de fundamental importância na sua formação para o bom exercício da função. O mapeamento está em consonância com o compromisso do terceiro plano de ação do Governo Aberto, que é de promover ações para fortalecimento institucional. O convite para participar do mapeamento veio por email, mas a presidente Vera considera que talvez seja interessante também encaminhar algum documento para o Governo Aberto, com as nossas propostas e sugestões, inclusive a partir.do curso que já desenvolvíamos em parceria com a EMASP.

* **11:55 – 12:00** – Encaminhamentos e avaliação

A presidente Vera encaminha para o encerramento da reunião agradecendo a presença de todas, todos e todes. Pondera que seria importante termos uma reunião mais participativa e reforça que a última reunião do ano, no dia 15/12/22 será preferencialmente presencial, pois trata-se de encontro de avaliação e planejamento, que exige uma participação mais ativa do que a que temos tido. Lembra que nossa agenda de reuniões do ano de 2022 já está pactuada desde o final de 2021, e publicada na página do COMUSAN-SP.

Esta Ata foi redigida e conferida conforme registro e escuta da gravação da reunião, com apoio de revisão da conselheira Solange Cavalcanti Redolfi

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| Aloisio Areias  Secretário Executivo |  | Vera Helena Lessa Villela  Presidente |